

LETRAS QUE LIBERTAM: ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E EMPODERAMENTO PESSOAL

LETTERS THAT FREE: ADULT LITERACY AND PERSONAL EMPOWERMENT

Jaqueline Neves de Oliveira¹⁴

Andréa Rodrigues Ribeiro¹⁵

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é conhecer a história da EJA no Brasil, os benefícios da alfabetização de adultos, e a autonomia e empoderamento que o conhecimento pode despertar nas pessoas. Essa iniciativa da pesquisa, se deu por experiência de vida, onde após um longo período longe da escola, vivenciando todos problemas de vida de um adulto não alfabetizado, resolvi voltar a estudar por meio do EJA, e vivenciei essa autonomia e transformação em minha vida. O problema proposto é evidenciar como o programa EJA pode trazer autonomia e empoderamento para as pessoas que fazem parte dele. A hipótese provável para o problema é que através do programa EJA, milhares de adultos que merecem e têm o direito de ser alfabetizados, tem sua vida transformada através da educação. A metodologia é o estudo exploratório de viés bibliográfico com análise interpretativa das fontes. Espera-se por resultado, ampliar a discussão acadêmica sobre a importância, mesmo no século XXI, de ainda existir adultos não alfabetizados.

Palavras-chave: Educação. EJA. Empoderamento.

ABSTRACT: The objective of this research is to learn about the history of EJA in Brazil, the benefits of adult literacy, and the autonomy and empowerment that knowledge can awaken in people. This research initiative was due to life experience, where after a long period away from school, experiencing all the life problems of an illiterate adult, I decided to return to studying through EJA, and experienced this autonomy and transformation in my life. The proposed problem is to highlight how the EJA program can bring autonomy and empowerment to the people who are part of it. The likely hypothesis for the problem is that through the EJA program, thousands of adults who deserve and have the right to be literate, have their lives transformed through education. The methodology is the exploratory study of bibliographical bias with interpretative analysis of the sources. The result is expected to expand the academic discussion about the importance, even in the 21st century, of there still being illiterate adults.

Keywords: Education. EJA. Empowerment.

¹⁴ Acadêmica(o) da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis (jaqmar2828@gmail.com).

¹⁵ Pedagoga (UEG) e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL (2022). Docente no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (andrea.ribeiro@ueg.br).

INTRODUÇÃO

A origem do PEJA remonta ao ano de 1985, quando foi instituído o programa de Educação Juvenil (PEJ) na rede municipal. Na verdade, o programa foi projetado inicialmente pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, 1983, para funcionar no horário noturno em alguns Centros Integrados de Educação Pública (CIEPIs) localizados no município do Rio de Janeiro (Fávero et al.,2007).

No caso da EJA, marcada durante a ditadura civil-militar pela organização do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e pela implantação do sistema de ensino supletivo com a Lei nº 5.692/71, o cenário também passa a se alterar ao longo da década de 1980, quando se deu a extinção do Mobral e algumas experiências alternativas aos cursos supletivos tradicionais passaram a ser implementadas em algumas redes públicas municipais e estaduais (Fávero, 2004).

Dentre as metas fundamentais para o Programa, destacava-se:

[...] criação, no horário noturno dos CIEPs, do Programa de Educação Juvenil para atender jovens de 14 a 20 anos que não houvessem frequentado a escola ou que dela tivessem se afastado sem o domínio da leitura, da escrita e do cálculo (Arantes, 1988, p. 26).

Segundo Haddad & Di Pierro (2000), em seu lugar, foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, Fundação Educar, cujas funções eram incentivar o atendimento às primeiras séries do Ensino Fundamental com a produção de material específico e a avaliação de atividades.

Tais cursos tinham como traço principal, de acordo com Haddad e Di Pierro (2000), as funções de suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação. A suplência dizia respeito à escolarização tardia via cursos ou exames, o suprimento proporcionaria a volta à escola através de estudos de aperfeiçoamento ou atualização, a aprendizagem deveria corresponder à formação no trabalho e a qualificação seria a função encarregada pela profissionalização.

O objetivo geral da pesquisa é conhecer a história da EJA no Brasil, os benefícios da alfabetização de adultos, e a autonomia e empoderamento que o conhecimento pode despertar nas pessoas. O problema é proposto é evidenciar como o programa EJA pode trazer autonomia e empoderamento para as pessoas que fazem parte dele. A hipótese provável para o problema é que através do programa EJA, milhares de adultos que merecem e têm o direito de ser alfabetizados, tem sua vida transformada através da educação.

A linha de pesquisa do presente projeto, de acordo com o CNPQ é: 7.08.07.01-9 - educação de adultos. O foco pedagógico da questão se concentra em aprofundamentos conceituais e bibliográficos entorno do tema, de modo a ampliar não apenas o debate, mas se vislumbrar soluções que abarquem os objetivos específicos aqui tratados.

A metodologia adotada para esta pesquisa é a exploratória de caráter bibliográfico com análise qualitativa das fontes. Buscou-se inicialmente pelos termos “SciELO+ EJA”. A partir dos resultados, selecionou-se 3 artigos que melhor se adequavam à construção inicial do tema em questão. Para discorrer sobre o tema, no tópico um será abordado no referencial teórico História do EJA no Brasil, no tópico dois discorre-se sobre os benefícios da alfabetização de adultos, e no tópico três analisa-se EJA e empoderamento.

1 HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

A partir do Ato Constitucional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos.

É importante ressaltar que a educação de jovens e adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso. O letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas. “Era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (Stephanou; Bastos, 2005, p. 261).

A alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade. Em 1938 foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a partir de suas pesquisas e estudos, foi fundando em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário com o objetivo de realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos.

Porém, poderemos ver que com a República Nova há a primeira explicitação legal dos direitos dos cidadãos que não foram escolarizados na idade ideal, como destaca Oliveira (2007, p. 4):



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II –universalização do atendimento escola. Cabe lembrar também, que na emenda constitucional N° 14/96 fica estabelecido que a União deverá investir nunca menos que trinta por cento do caput do artigo 212 para a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.²⁹ Assim, com a nova constituição de 1988, prevê-se que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

O governo militar, então, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967, com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Com esse programa a alfabetização ficou restrita à apreensão da habilidade de ler e escrever, sem haver a compreensão contextualizada dos signos.

O Mobral procura restabelecer a idéia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil. Um dos slogans do Mobral era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” Stephanou e Bastos (orgs), (2005, p. 270).

Oliveira e Souza (2018), ressaltam também, uma intrínseca relação da educação de jovens e adultos com as mais variadas políticas públicas planejadas e discursadas com o foco em suprir o direito que todas as pessoas têm à educação.

Como Di Pierro (2005) cita, Paulo Freire contribuiu muito na educação de jovens e adultos, ele questionava as práticas tradicionais de ensino. Para Freire o aprendizado que valoriza, não pode ser algo pronto, mas construído dia após dia. O novo pensamento projetado sobre a EJA pressupõe que a aprendizagem ocorrida por toda a extensão da vida se torna condição de envolvimento dos sujeitos na edificação de sociedades, mais, justas, democráticas, solidárias, sustentáveis, sendo, dessa forma, não apenas um motriz de desenvolvimento pessoal e direito de cidadania.

Ainda de acordo com Di Pierro (2005), a EJA fez e faz a diferença na vida das pessoas que buscam por conhecimento, é muito mais que uma oportunidade, é realização de muitos sonhos, a porta para um futuro brilhante.



Nos últimos anos, com a reivindicação de movimentos que pleiteiam o reconhecimento tanto político quanto cultural de identidades sociais com características próprias – mulheres, jovens, indígenas e mais – e com a propagação da ideia de estudiosos fundamentados no interculturalismo e/ou ligados ao “paradigma de identidade”, um olhar para a diversidade inerente aos estudantes da EJA foi lançado.



Gadotti e Romão (2006) explicam que a década de 40 foi marcada por grandes transformações e iniciativas que possibilitaram avanços significativos na educação e por consequência na EJA. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vem corroborar com a intenção da sociedade capitalista e dos grupos econômicos dominantes: sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país. Vincula-se neste momento a educação de adultos à educação profissional.



No ano Internacional da Alfabetização (1990), vários debates foram realizados por instituições governamentais e não governamentais no sentido de encontrar estratégias para erradicar o analfabetismo no Brasil.



Nesta década, a articulação em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), reafirmou a institucionalização da modalidade EJA substituindo a denominação Ensino Supletivo por EJA. “O objetivo principal dever ser a criação de uma sociedade instruída e comprometida com a justiça social e o bem-estar geral” (UNESCO, 1997, p. 2).



Freire (1987) diz que o público do EJA são pessoas que não tiveram infância, ou tiveram uma infância frustrada, têm vergonha de si mesmos, possuem complexo de inferioridade diante da sociedade que os oprime e os discrimina. O fato de serem excluídos da escola os coloca à margem do mercado de trabalho pela sua condição de não escolarizado e, também, pertencente a determinados grupos culturais com singularidades marcantes.



Nesta perspectiva, o perfil do público de EJA caracteriza-se na contraposição ao estereótipo de adulto que segue o curso regular de escolarização. O jovem retorna a EJA em uma busca de certificação o que teoricamente o colocaria no mercado de trabalho e teria o seu lugar na sociedade garantido, tendo com isso o resgate da auto-estima e passando a ser visto como um cidadão comum. Para tanto, confia que sua entrada no mundo do trabalho lhe proporcione condições melhores de vida, e pensa até na possibilidade de formação de sua própria família (PALÁCIOS, 1995 apud OLIVEIRA, 1999).



Nesse sentido, Ribeiro (1986) diz que o Programa considerava o trabalho e a vida do aluno como principais referências curriculares e apresentava a interdisciplinaridade como base da proposta pedagógica. Quanto à organização do currículo, eram contempladas as seguintes

2 BENEFÍCIOS DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Di Pierro e Haddad (2015), explicam que há tempos, organizações de ensino vêm se institucionalizando em decorrência do reconhecimento da educação como um direito a ser garantido pelo Estado. A educação escolar, antes restrita a poucos, foi paulatinamente abrindo espaço para aqueles que não tiveram oportunidade de ingressar ou concluir as etapas de Educação Básica enquanto tinham a idade recomendada.

Segundo Strelhow (2010), vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz auto estima e a sensação de vencer as barreiras da inclusão.

Oliveira e Souza (2018) dizem que alfabetização é o começo de um sonho, pois ao se descobrir que através da leitura podemos ir em busca de um novo mundo de possibilidades, tudo que antes não se conhecia, agora ganha um novo significado. Contudo, não podemos esquecer que há várias práticas de letramento existentes na sociedade, desta forma, o professor deverá mediar o conhecimento ao seu aluno para que este chegue à autonomia.

Di Pierro (2005) ressalta que é direito de todos ter acesso à educação, pois tudo flui melhor com ela, a vida é para ser vivida, com acesso a tudo, principalmente ao conhecimento pensamento projetado sobre a EJA pressupõe que a aprendizagem ocorrida por toda a extensão da vida se torna condição de envolvimento dos sujeitos a edificação de sociedades mais justas, democráticas, solidárias, sustentáveis, sendo, dessa forma, não apenas um motriz de desenvolvimento pessoal e direito de cidadania.

Aprender é um processo contínuo que faz parte de toda etapa da vida, sem a aprendizagem seríamos pessoas sem rumo neste mundo e não daríamos sentido a nada. Estamos no mundo para aprender e reaprender, todo mundo tem algo para aprender independentemente de estar na escola ou não, portanto, não existe alguém que venha saber tudo. Desta forma, aprender é algo inerente ao ser humano, pois aprendemos mesmo antes de nascer. Sobre isto Jarvis afirma que:

[...] ela ocorre desde antes do nascimento— pois aprendemos pré-conscientemente, a partir das experiências que temos no útero, conforme indicam diversas disciplinas diferentes – e continua até o ponto que perdemos a consciência antes de morrer (Jarvis, 2013, p. 36).

De acordo com Rossi (1980), através da EJA o adulto pode se beneficiar, em primeiro lugar, com a certificação apenas no sentido da escolarização, ou seja, conclusão de determinado



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

grau de ensino. Em segundo lugar parte-se para a idéia de empregabilidade. Teoricamente com um certificado o jovem ou adulto pode inserir-se no mercado de trabalho. Em terceiro lugar, o reconhecimento social que o levaria para o quarto pilar que constituiria a elevação e afirmação de sua autoestima. Esses quatro pilares nos remetem à ideologia capitalista no campo do messianismo pedagógico da teoria do capital humano.

De acordo com Freire (2000), a educação não é um processo neutro, desvinculado da realidade e do processo político. A educação precisa ter compromisso com a qualidade de vida dos atores envolvidos na sociedade, respeitando suas vozes, promovendo a descentralização das decisões, bem como a democratização do poder.

De acordo com Arroyo (2005) os sujeitos da EJA possuem uma concepção voltada para identidades de classe, raça, etnia e gênero. Por isso, faz-se necessário pensar uma proposta educacional pautada numa relação dialógica onde as essas particularidades sejam respeitadas, e que a participação desses sujeitos seja priorizada, caso contrário, as vozes desse público continuarão silenciadas, bem como o processo de inviabilização perpetuará, como tem acontecido aos longos dos anos.

3 EJA E EMPODERAMENTO

Baquero (2012) explica que o termo empoderamento, foi criado inicialmente, por movimentos sociais dos Estados Unidos da América, que lutavam pela emancipação dos excluídos e pela cidadania de grupos segregados, como negros, mulheres, homossexuais e pessoas com deficiência.

Freire e Shor dizem que:

O empoderamento passa a ser uma ação individual, fortalece-se no coletivo e se constitui como “um encontro dos humanos para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e refazem” (Freire; Shor, 1986, p. 123).

Nesse sentido, Baqueiro (2012) ressalta que o empoderamento pode ser entendido como uma ação ou um processo em que o indivíduo toma posse da vida pela interação com os demais, possibilitando mudanças e transformações nas relações sociais.

A educação é uma forma de nos tornarmos mais dignos, mais libertos e mais empoderados. Com a educação os resultados indicam a contribuição da EJA na vida dessas pessoas, sobretudo no referente ao exercício da cidadania, seja possibilidade de ler, informar-se, obter mais autonomia, seja em relação ao mundo do trabalho, com possibilidade de ampliar

Os educandos ao se perceberem como sujeitos que entendem e refletem de forma crítica sobre sua realidade de opressão e desvantagem social, econômica e política, anseiam em modificar radicalmente essa opressão. No decorrer desse processo, eles são capazes de notar o poder existente em seu grupo e nas reações externas e assim alcançam os princípios do empoderamento como as lutas de classe social. (Freire & Shor, 1986).

Portanto, essa pesquisa conta um pouco da história e trajetória da EJA, seu desenvolvimento, como programa de Educação para jovens adultos, mostra que para ser a EJA atual, passou por muitas mudanças e crises, por conta das Políticas Educacionais da época.

A pesquisa também tem o intuito de mostrar que a alfabetização é um ato de amor, empatia e solidariedade com o próximo e nos mostra também os resultados dessa alfabetização e são muitos os benefícios que a EJA proporciona aos seus estudantes. É muito bom saber que existe um programa de Educação que busca, incluir, amparar e recolocar as pessoas na sociedade.

Por essa razão os benefícios da EJA na vida das pessoas que buscam por conhecimento são extraordinários, se tornam cientes dos seus direitos do seu potencial e valor como pessoa, preenche sua vida com novas escolhas, oportunidades, faz com que se sintam mais feliz, completo, corajoso e otimista com a autonomia e empoderamento que são adquiridos com a Educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Sintia Fabiana Alves de Mello. **Educação de Jovens e Adultos (EJA):** alfabetização e cidadania. Campo Grande, 2023.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a Redefinição da Identidade das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial-Out. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17 nov. 2024.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. Cadernos Cedes, v. 35, p. 197-217, 2015.

PEREIRA, Luciana Miranda. **A alfabetização na educação de jovens e adultos: a produção científica na plataforma SciELO (2013-2021).** 2022. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SOUZA, Lilian Maria de; OLIVEIRA, Maria de Sousa Pereira. A educação de jovens e adultos e a dificuldade para atingir a alfabetização como um conhecimento significativo para o desenvolvimento da vida em sociedade. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, [S.l.], v.

1, n. 3, p. 55-64, feb. 2018. ISSN 2594-4797. Disponível em: <https://www.fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/681>. Acesso em: 17 nov. 2024.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 0.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNESCO. Institute for Education. **Educação de adultos: Declaração de Hamburgo**, agenda para o futuro. BR/1998/PI/H/8. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114_por. Acesso em: 17 nov. 2024.

Enviado em: 11/01/2025.

Aceito em: 14/01/2025.

REEDUC
REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO